

# noSSa América

MEMORIAL

Um gesto de  
união e  
de esperança

Amazônia: com  
autonomia e  
ajuda externa





# Preservação com soberania

Um planejamento democrático para o  
Amazônia não exclui a cooperação  
internacional, desde que respeitada  
a autonomia dos países da região

Shiguenoli Miyamoto

As recentes declarações do presidente José Sarney refutando a internacionalização da Amazônia levantam uma questão que há muito se discute: um Estado deve aceitar a ingerência de outros países em seus assuntos internos?

A resposta mais razoável enfatiza, logicamente, que problemas domésticos são de alçada exclusiva do governo e dos habitantes que compõem um determinado Estado. Afinal, trata-se de um problema de soberania. Por isso mesmo existem limites territoriais, sendo cada país regido, ao nível interno, de acordo com a conveniência das próprias vontades nacionais e, no plano externo, obedecendo aos princípios estabelecidos pelo Direito Internacional. O não-acatamento às normas que regulamentam a conduta das nações implica, assim, discórdias entre Estados que podem levar, em última instância, a um conflito armado, ou seja, a uma guerra.

As fronteiras internacionais de cada país não podem ser empurradas ora para lá, ora para cá, para que

uma convivência amistosa seja exequível, onde a paz e a harmonia substituam o temor e a desconfiança. Para tentar sedimentar as boas relações mundiais, existem foros supranacionais, como a Organização das Nações Unidas, cujo objetivo é aproximar os povos. É justamente o respeito que cada Estado tem em relação ao outro, que resulta nos intercâmbios políticos, econômicos, culturais etc., tanto no âmbito bilateral quanto multilateral.

Partindo desses princípios, nenhum país do mundo, por menor que seja o seu poder bélico, sua capacidade econômica, tecnológica ou industrial, admite que outro, além-fronteiras, interfira em suas questões domésticas e dite como suas políticas públicas devam ser conduzidas. A não ser, obviamente, que haja, política e ideologicamente, interesses tão convergentes entre dois ou mais Estados, que um deles aceite sugestões para que um assunto seja resolvido dessa e não daquela forma. Ou, então, uma submissão pela violência, pela força

das armas. Mas aí já se configura um quadro de conflito em que o vencedor subjuga o perdedor, obriga-o a cumprir suas ordens, dobrando a sua vontade.

Excluindo-se, porém, o caminho das baionetas, o habitual é que os países se identifiquem com algum grande bloco de poder, apresentando-se afinados com as políticas desses Estados. O que não significa submissão, mas sim opção por um determinado tipo de sistema econômico ou modelo político.

No caso da Amazônia, que abrange interesses simultâneos de várias nações, é pouco provável que os chefes desses Estados pensem em submeter-se a qualquer tipo de tutela alienígena, para decidir o que será feito de fatias de seus territórios.

As discussões que ora se travam sobre os destinos dessa parte do mundo não são recentes; já foram realizadas em outras décadas, e, com certa frequência, retornam à ordem do dia. A título de ilustração vale lembrar que, na década de 40, falou-se na



criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, respaldada pela Unesco. Nos anos 60, Herman Kahn e Roberto Panero, do conhecido Instituto Hudson, propuseram a formação dos grandes lagos amazônicos, visando ligar os países sul-americanos pelo interior do continente. Ambos os projetos não foram, contudo, implementados, não só porque implicavam alterar a geografia dos próprios países, mas sobretudo porque significava interferências indevidas em questões de ordem interna de cada Estado.

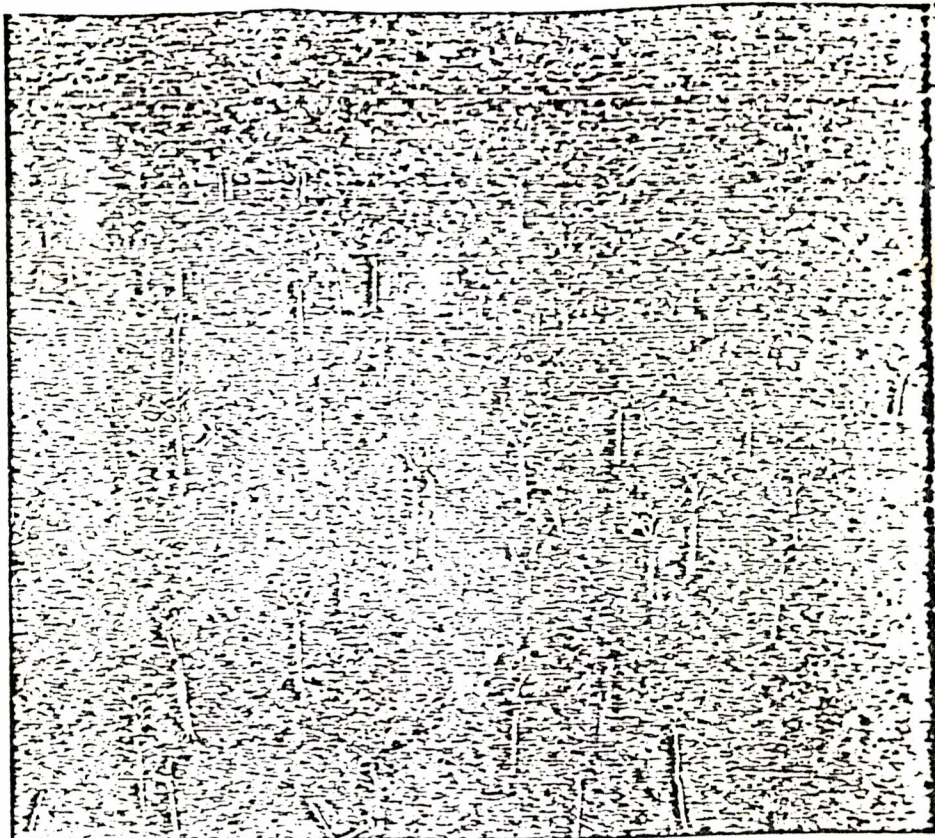
No que se refere ao caso específico nacional, as preocupações com a Amazônia sempre se fizeram presentes, inclusive pela extensão das fronteiras brasileiras junto aos seus vizinhos.

## Ajuda internacional sem imposições de ordem política

nhos. Mesmo as conhecidas teorias geopolíticas do general Golbery do Couto e Silva apregoaram a ocupação da Amazônia, como o último passo para a interiorização e integração nacionais.

Seguindo ou não as elucubraciones de Golbery, o certo é que ao se preencher a região desordenadamente com projetos de impacto, como a Transamazônica, e mesmo com a Perimetral Norte, os governantes brasileiros sempre se mostraram dúbios: ao mesmo tempo em que retoricamente se posicionaram contrários à internacionalização da Amazônia, em termos práticos contradiziam o discurso, autorizando extensas faixas territoriais em mãos estrangeiras, inclusive favorecendo com incentivos fiscais o desenvolvimento de duvidosos projetos agropecuários por empresas sem qualquer tradição no setor a que se propunham.

Essa postura dos governos no período pós-64 suscita uma grave dúvida: fala-se em segurança nacional, mas permite-se a aquisição de propriedades rurais por grupos estrangeiros, muitas vezes sem qualquer controle do Incra, que sequer tem um cadastro completo dos proprietários na Amazônia.



Desmatamento em Madre de Dios, Amazônia peruana

Além disso, no setor mineral, as empresas estrangeiras detêm parcela considerável dos direitos de exploração de jazidas (através de requerimentos, alvarás e concessões), embora a Constituição tenha assegurado a nacionalização da exploração dos recursos minerais.

Economicamente a Amazônia há muito se encontra internacionalizada, mesmo porque sempre se tolerou, ao lado das estatais, a existência de empresas nacionais e multinacionais, o que, todavia, não é de se estranhar. Difícil seria entender se a região se encontrasse completamente em mãos de empreendimentos multinacionais, sem espaço para as congêneres nacionais.

O discurso atual, na voz do presidente Sarney, enfatiza que não há no mundo dinheiro suficiente para comprar um metro quadrado sequer da Amazônia. E que, por isso, não está à venda, nem se aceitam intromissões em assuntos considerados de foro interno, posição reafirmada ao final de fevereiro pelo ministro do Exército

Leônidas Pires Gonçalves. Pelo menos em relação a este tema parece haver consenso, visto que Luis Inacio Lula da Silva adotou o mesmo ponto de vista das autoridades governamentais, em seu mais recente periplo a Europa.

Sobre isso, porém, não havia necessidade de se manifestarem, mesmo porque esta deve ser a tônica da conduta de todo Chefe de Estado, de ministros e de líderes partidários. Afinal de contas, pelo que se sabe, não há qualquer país do mundo que esteja a venda, atualmente, no todo ou em parte.

Em 1978, discussões dessa magnitude se colocavam. Quando se firmou o Tratado de Cooperação Amazônica, entre oito países da região, ficou estabelecido que um dos objetivos era incrementar o desenvolvimento regional, mantendo a soberania dos Estados contratantes. Ao mesmo tempo era assegurada a igualdade jurídica de seus membros, reduzindo possíveis receios de hegemonias regionais, e buscando proteger a ecologia. Funda-



## A discutível afirmação de que a Amazônia é o pulmão do mundo

entretanto, é muito diferente do que admitir que recursos oriundos de entidades como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial ou de países como os Estados Unidos e o Japão só sejam liberados se o Brasil acatar determinações em política de controle do meio ambiente. O mesmo raciocínio se aplica

cais exigidas pelos credores via Banco Mundial. Neste caso, contudo, pode-se argumentar apontando que há uma coincidência de interesses na resolução dos problemas econômicos por parte de ambos os atores, ou seja, devedores e credores acreditam que as medidas adotadas sejam as mais eficazes. Inclusive porque aceitar as su-

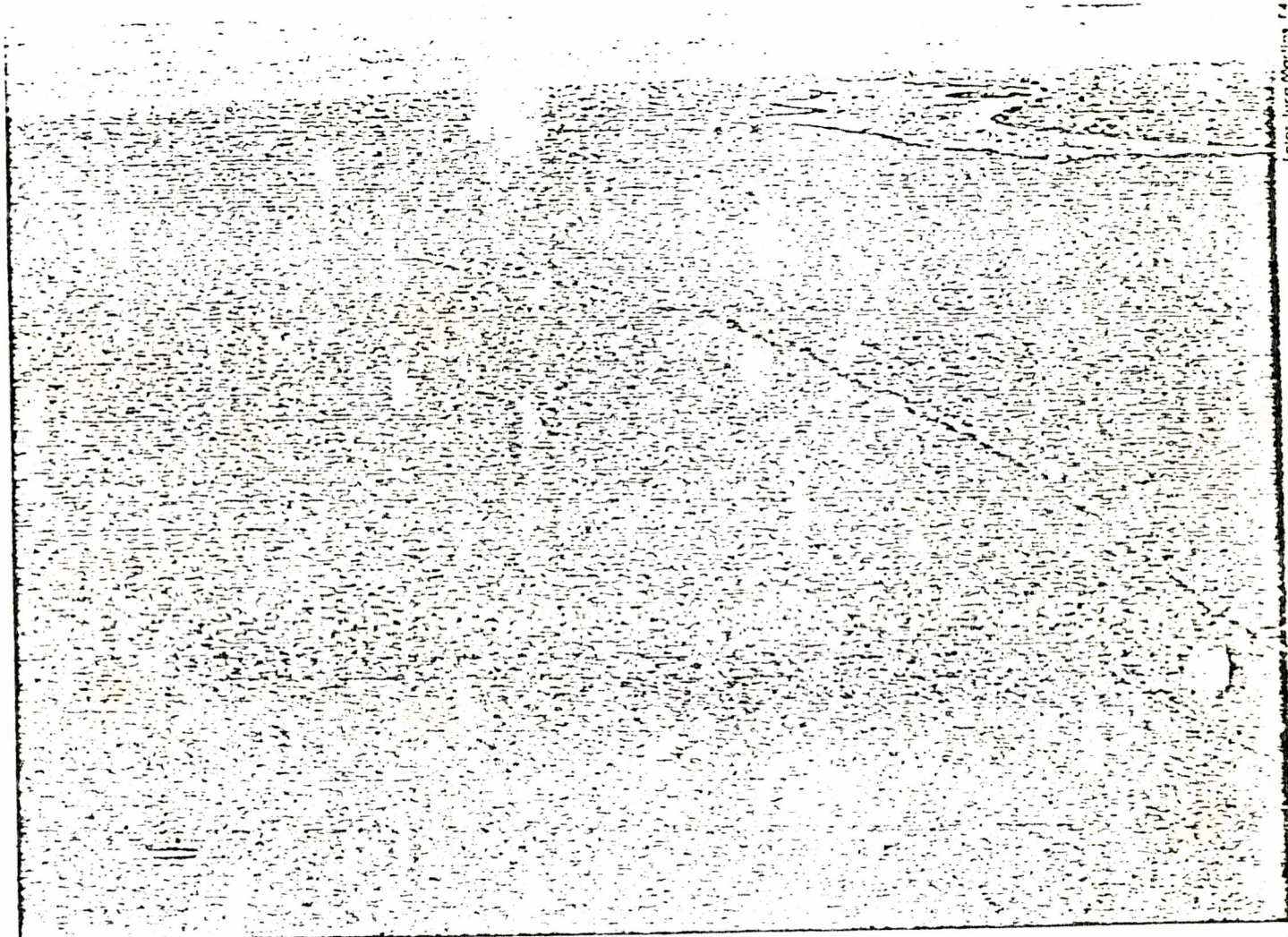


Foto: Jura Moreira / F4

Desmatamentos para implantação de pastagens

mentalmente, defendia-se a premissa de que a Amazônia é dos países que dela fazem parte, refutando qualquer tentativa de ingerência nesta parte do continente.

Em nenhuma circunstância, porém, ficou descartada a possibilidade de receber ajuda internacional para o desenvolvimento da região. O que,

em relação ao vínculo entre preservação da Amazônia e dívida externa. Não se trata de exercer a xenofobia aos capitais externos, mas sim de defesa da soberania nacional.

Pode-se alegar, por outro lado, que a soberania inexistente ou que a mesma seja restrita, uma vez que os governos têm obedecido às políticas fis-

gestões dos credores internacionais resulta na captação de novos recursos para equacionar os problemas nacionais. Ou então para adiá-los.

Além disso, um raciocínio que caminha em direção oposta significa que um Estado deveria abrir mão de qualquer empréstimo ou recursos de países industrializados, impensável



nas circunstâncias atuais, em face da impossibilidade de um desenvolvimento autônomo, considerando-se o avanço científico e o fosso tecnológico que separa as nações. A pensar assim, não existiria no mundo contemporâneo nenhum país soberano, independente, já que isto implicaria ser auto-suficiente em todos os níveis.

Ao não aceitar vinculações que coloquem em risco a soberania nacional — entendida esta como a capacidade de tomar decisões e implementar suas *políticas* —, a conduta brasileira tem-se apresentado satisfatória. O que não isenta de culpa as autoridades governamentais pela incompetência e má vontade em definir uma política eficaz que proteja adequadamente o meio ambiente, não só no

## Alta Norte contra uma iposta conspiração amada no Exterior

que diz respeito à região amazônica, mas também ao resto do País. Mesmo com o pacote ecológico há pouco decretado.

As denúncias de que a Amazônia está ameaçada pelas grandes potências que "pretendem assumir o controle da região", aqui ficando pé, há tempos fazem parte do cotidiano.

As novidades que ora se apresentam no debate sobre a Amazônia, são as pressões exercidas por diversos grupos, que vão desde congressistas norte-americanos, antropólogos, entidades universitárias, órgãos financiadores, instituições religiosas, partidos políticos, até cantores como o inglês Sung, passando pelo próprio presidente George Bush que teria sugerido ao Japão tomar precauções para o empréstimo de verbas destinadas à conclusão da rodovia BR-364, ligando Porto Velho a Rio Branco. Aliás, sobre este último item, Flaviano Melo, governador do Estado do Acre, e diretamente interessado, publicou no início de março um manifesto à Nação, repudiando ingerências indevidas que "representam uma agressão inaceitável aos princípios de autodeterminação e soberania das nações".

As críticas desabam sobre tópicos como a destruição da fauna e da flo-

ra, a falta de uma política de demarcação das terras indígenas e a invasão das mesmas pelos garimpeiros e grileiros, as barragens hidroelétricas e o Projeto Calha Norte.

Esses temas têm sido explorados com frequência, tanto pela imprensa nacional quanto internacional nos últimos meses. Na segunda quinzena de fevereiro, por exemplo, foi grande a cobertura dada pelos meios de comunicação de massa ao 1.º Encontro das Nações Indígenas, realizado em Altamira, no Pará, quando se criticou a construção da barragem de Cararaó.

As acusações ao governo brasileiro enfatizam que, na ânsia de ocupar rapidamente a Amazônia, as autoridades ignoram o equilíbrio do ecossistema, colocando em risco a sobrevivência de inúmeras espécies da fauna e devastando indiscriminadamente as florestas. As intensas queimadas nos últimos anos, e a derrubada das matas com motosserras e tratores equipados com correntes, são mostradas diariamente para denunciar o pouco zelo que o governo tem tomado na preservação da região amazônica, considerada pelos ambientalistas um santuário ecológico.

Inegavelmente o problema existe e seria um contra-senso discordar dessa realidade, embora sejam discutíveis as afirmações de que a Amazônia é o pulmão do mundo, ou mesmo de que em curto prazo se converterá irremediavelmente em grande deserto, e perdurar tal situação. Deve-se, isto sim, chamar a atenção para o verdadeiro e grande problema que ocorre, isto é, a completa ausência de um *planejamento democrático da Amazônia*, envolvendo os países que a compõem, onde as instâncias locais interessadas possam livremente opinar e influenciar nas medidas a serem tomadas, visando a preservação do meio ambiente.

Inadmissível, porém, é considerar que as políticas públicas nacionais, mesmo as restritas à conservação ecológica da região amazônica devam ser submetidas a um foro internacional, daí resultando decisões como se não existissem os países em torno da linha do equador sul-americano.

Não custa lembrar que toda a celeuma em torno da questão amazônica se acirrou, adquirindo impacto mundial, com o assassinato de Chico Mendes, em Xapuri, às vésperas do Natal passado. Seguramente o gover-

no brasileiro ignorava a dimensão do problema no âmbito internacional, tão acostumado a não respeitar as reclamações da sociedade. Por isso mesmo, sentindo-se acuado, partiu para uma contra-ofensiva levantando a bandeira da recusa da internacionalização da região. Fato, aliás, que não estava sendo cogitado da forma como se quer fazer crer, inclusive pelas declarações do Departamento de Estado norte-americano, que considerou o assunto uma novidade. O que não quer dizer que não haja pressões para que medidas protecionistas ao ecossistema sejam adotadas.

A preservação do meio ambiente e outros itens, como o controle demográfico, há muito são sugeridos pelas nações industrializadas que, entretanto, não os levaram na devida conta em seus planos de desenvolvimento. Pelo menos ao nível que exigem dos países do Terceiro Mundo. Vejam-se as freqüentes denúncias sobre os perigosos transtornos causados pelas usinas nucleares, seja nos Estados Unidos seja na União Soviética. O mesmo se aplica em relação à Europa, cujas nações freqüentemente são acusadas de causar danos, sem o menor constrangimento, aos demais países onde possuem interesses econômicos, com grandes indústrias poluindo rios e ares com produtos químicos, ocasionando direta e indiretamente a morte de centenas de pessoas. Ou então a caça à baleia praticada pelo Japão, e mesmo a utilização maciça de *sprays*, produzidos por empresas de países desenvolvidos (ou sob licença de).

O grande mal, contudo, que se verifica no Terceiro Mundo, é o desejo irrefreado de se querer alçar a categoria de país desenvolvido, acreditando que todo e qualquer esforço para aumentar os produtos nacionais brutos sejam válidos, mesmo à custa da deterioração de seus ecossistemas.

Os segmentos civis evidentemente não carregam sobre si qualquer parcela de culpa nessas desastrosas políticas, inclusive porque sempre se encontraram alijadas de qualquer participação no reduzido círculo das tomadas de decisão governamentais, mesmo quando seus interesses mais diretos se encontram em jogo.

Sob este prisma, as populações indígenas, principalmente, se vêem prejudicadas com a ausência de um planejamento que possa ao mesmo



tempo viabilizar a ocupação racional do espaço amazônico, oferecendo-lhes condições dignas de sobrevivência no solo que por direito lhes pertence, e onde foram encontradas há cinco séculos.

Além de não aceitar/solicitar opiniões da sociedade civil, o Estado brasileiro peca, ainda, pela falta de consideração aos seus cidadãos que, apesar de contribuírem com intermináveis tributos, não são sequer informados sobre os projetos de desenvolvimento e/ou segurança que dizem respeito aos seus próprios interesses.

## vem ser respeitados princípios não-intervenção

Prova disso é a elaboração sigilosa do Projeto Calna Norte em 1985. Como depois se soube, as preocupações básicas que o orientaram foram traçar políticas de fortalecimento das fronteiras, procurando com isto evitar a criação de um estado yanomani e a internacionalização da Amazônia, fatos altamente discutíveis da forma como foram colocados. Segundo consta no Projeto Calna Norte as Forças Armadas acreditavam que estava em marcha uma conspiração para se criar um Estado autônomo, reunindo os Yanomani do Brasil e da Venezuela, colocando em risco, portanto, o *status quo* da região. O que permitiria em um segundo momento, abrir precedente para uma intervenção em maior escala nesta parte do mundo.

De tudo que foi dito, algumas observações podem ser tiradas.

O primeiro ponto pacífico, e sobre o qual não há discussão, é que a Amazônia deve ser sempre dos países que dela fazem parte, independentemente de seus regimes políticos. Sobre esse ângulo, o princípio de não intervenção deve ser acatado por todos os Estados da região, para que potências estrangeiras não utilizem os mesmos pretextos, interferindo em assuntos internos, que só dizem respeito às nações amazônicas.

Os países locais necessitam implementar os mecanismos já existentes, por intermédio do Tratado de Cooperação Amazônica, e/ou criar novas

formas de cooperação científico-tecnológica, bilaterais ou multilaterais, visando a preservação do meio ambiente em toda a Bacia Amazônica.

Não admitir interferências no âmbito de suas questões domésticas não significa excluir a possibilidade de qualquer tipo de cooperação, cujo objetivo seja a manutenção ou melhoria do equilíbrio do ecossistema amazônico ou o desenvolvimento regional em suas mais diferentes facetas.

A Amazônia, responsabilidade regional, é uma questão internacional quando tomada em conjunto, e quando as políticas públicas formuladas por algum de seus membros afetem interesses políticos/econômicos/militares/ecológicos dos demais. Na eventualidade de algum país considerar que seus interesses na região estão sendo prejudicados, obviamente a utilização dos recursos tradicionais é o melhor caminho a ser seguido. Para tal, as regras das relações internacionais são muito claras: quem se sentir afetado deve ter competência suficiente para neutralizar influências pouco desejadas sobre o seu domínio territorial.

Não devendo ser considerada um santuário ecológico, a Amazônia abundante sob todos os aspectos, deve ser explorada, aproveitando-se as riquezas que ela oferece, sem que o ecossistema seja prejudicado por falta de planejamento ou incompetência governamental.

Por último, a sociedade civil não pode ser excluída dos projetos de desenvolvimento e/ou segurança na região. Para tanto, o planejamento democrático da Amazônia é um imperativo que se impõe com urgência, onde todos os segmentos interessados sejam ouvidos. A sociedade reivindica o direito de participar em conjunto com as diversas instâncias decisórias. Deve, portanto, arcar com os possíveis erros e usufruir dos benefícios das medidas a serem tomadas para a proteção do solo que pisa e do ar que respira.

Shigenori Miyamoto é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; professor da Universidade Estadual de Campinas, pesquisador junto ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, onde desenvolve pesquisa sobre a geopolítica da Amazônia.

## Contrabando e poluição ameaçam espécies marinhas

Até bem pouco tempo caçada pelos artesãos de bijuterias, a tartaruga Carey (*Eretmochelys imbricata*) ganhou um novo e poderoso inimigo: o avanço tecnológico. Desde que o Japão descobriu que a carcaça da tartaruga pode ser utilizada na fabricação de microcircuitos, cresceram como nunca a matança e o comércio ilegal — pondo em sério risco a sobrevivência da espécie na Terra. A Rede para a Salvação da Tartaruga do Grande Caribe, uma entidade internacional que congrega 43 países de todos os continentes, denunciou que, se no Panamá, o comércio das carcaças da tartaruga Carey movimentou cerca de US\$ 18 milhões no ano passado.

O principal mercado dos contrabandistas é o Japão, que importou cerca de 91 toneladas de carcaças — produto que exigiu a matança de pelo menos 45 mil tartarugas.

Nos 14 milhões de quilômetros quadrados do Continente Antártico, por sua vez, a principal preocupação dos ecologistas concentra-se nos efeitos do derramamento de 800 toneladas de óleo combustível, ocorrido durante o naufrágio do navio argentino *Bahia Paraiso*, no final de janeiro passado.

O Instituto Antártico Argentino fiscalizou a zona atingida e divulgou um estudo garantindo que a poluição não provocou, até o momento, nenhuma alteração no registro de mortandade entre as espécies maiores, tais como pingüins, aves e mamíferos marinhos. Apesar dessa garantia, o próprio estudo alerta que ainda "restam sérias dúvidas sobre o destino de outros animais da fauna antártica, como os moluscos, peixes e crustáceos".